



ID: 58435886

19-03-2015



DESTAQUE O FISCO E AS EMPRESAS

Quem decidiu fazer a lista VIP de contribuintes?

Fisco O director-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Brigas Afonso, demitiu-se ontem, mas ninguém se responsabiliza pela lista. Núncio e Brigas Afonso serão ouvidos amanhã na AR.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

A lista VIP dos contribuintes já fez a primeira vítima, mas a demissão do director-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Brigas Afonso, não chegou para clarificar a situação. A história do pacote VIP tem ainda muitas pontas soltas. A lista existe, mas não se sabe quem é o autor e todos os responsáveis parecem querer afastar responsabilidades. O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, já fez saber que, para já, segura o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio e Brigas Afonso serão amanhã ouvidos no Parlamento.

“O Governo está de consciência completamente tranquila”. Foi desta forma que o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, afirmou que “o Governo não decidiu”, nem “entregou”, nem “deu qualquer tipo de instrução para que essa lista tivesse sido elaborada”. As afirmações foram feitas à margem de uma conferência organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) sobre o tema Execução do Orçamento do Estado para 2015 – perspectivas para o futuro.

Passos Coelho reagiu e questionado sobre se existem razões para Paulo Núncio se demitir afirmou: “Não acredito que haja porque o senhor secretário de Estado não tomou nenhuma iniciativa nesse sentido”. No entanto, fez questão de sublinhar que está a decorrer um inquérito para a averiguação de todas as responsabilidades. “Quando isso se apurar, então falamos”, disse.

Além da Inspeção-Geral de Finanças, também a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) abriu um processo de averiguação à alegada existência de controlo de dados de algumas personalidades dentro do Fisco.

Procedimentos internos por esclarecer

À margem da conferência, Paulo Núncio afirmou também que Brigas Afonso o informou que “houve procedimentos internos e propostas no âmbito da AT sem que jamais o Governo tenha tido conhecimento dessa matéria”. Questionado sobre se estes procedimentos são, na prática uma lista, o secretário de Estado afirmou apenas não ser “o momento para clarificar esse ponto”.

Por sua vez, o director-geral demissionário da AT diz, numa carta enviada aos funcionários onde dá conta da sua decisão, voltou a garantir que “essa lista não existe e nunca existiu”. Mas na nota enviada, Brigas Afonso afirma também que “a importância e a sensibilidade da protecção dos dados pessoais dos contribuintes exigem da AT a adopção de metodologias preventivas, e não apenas reactivas, contra a intrusão e o acesso ilícito” e adianta que estão “a ser ponderadas novas alternativas, mas sem que nenhuma tenha sido até agora implementada”.

Fonte próxima da AT adiantou que na segunda-feira a AT já saberia que estavam a ser feitos procedimentos errados. Estes poderiam passar, por exemplo, pela elaboração de critérios segundo os quais o

acesso a contribuintes com determinadas características fosse limitado.

Alertas do STI e a ‘confissão’ do chefe de serviços de auditoria da AT

Versão diferente foi a transmitida pelo chefe de serviços de auditoria do Fisco, Vítor Lourenço numa acção de formação de mais de 300 inspectores estagiários da AT. Este responsável revelou ter sido criado um pacote VIP, em que é possível saber, online, quem está a ter acesso às informações fiscais dessas pessoas. Segundo Vítor Lourenço existe um grupo associado sobretudo a “cargos políticos” e a pessoas mais “mediatizadas”, tal como relevaram excertos divulgados ontem pela revista “Visão”.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) voltou a frisar, em declarações ao Económico, que a lista existe desde Outubro de 2014 quando foi entregue pelo secretário de Estado aos serviços de informática do Fisco. “Brigas Afonso tinha acabado de entrar”, afirmou o presidente do STI, Paulo Ralha, pelo que “não terá tido uma intervenção directa na lista VIP de contribuintes” e aponta o dedo ao subdirector-geral da Justiça Tributária e Aduaneira, José Maria Pires. Para Paulo Ralha, “a peça central é o subdirector-geral da Justiça Tributária e Aduaneira, José Maria Pires”. “Não basta que o director-geral saia, é preciso que as pessoas realmente responsáveis saiam”, acrescentou.

Para o bastonário da OTOC, Domingues Azevedo “a demissão é surpreendente”. O responsável disse que a existência da lista “indicia alguns comportamentos que não integram a democracia”. “Deduzo que esta demissão foi pedida, mas tudo indicia que pode ter sido pedido ao director-geral da AT que a assumisse [a lista VIP] e esta pode ser a reacção a esse pedido”, adiantou. ■ P.Z.G., M.A. e D.L.

AVISOS DO FISCO

Como funcionam

Até Outubro de 2014, os alarmes do Fisco soavam e eram accionados processos de investigação de funcionários quando existiam notícias na comunicação social sobre contribuintes concretos. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Paulo Ralha explica que se tratava de um mecanismo ‘a posteriori’. Mas este ‘modus operandi’ mudou a partir de Outubro de 2014 e passou a ser um mecanismo ‘a priori’. Associado a cada nome da lista VIP, está um alarme informático que é accionado sempre que um funcionário acede à informação, explica Ralha. E aí é possível saber o dia, a hora, o funcionário e o computador de onde sai a informação.

Brigas Afonso na sua carta de demissão sublinha “a importância e a sensibilidade da protecção dos dados pessoais dos contribuintes exigem da AT a adopção de metodologias preventivas, e não apenas reactivas, contra a intrusão e o acesso ilícito”.

Procura-se

O concurso para substituir Azevedo Pereira foi demorado.

A saída de Brigas Afonso coloca um novo problema à máquina fiscal que fica novamente sem líder. É que o processo de substituição do anterior director-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Azevedo Pereira, não foi fácil, nem rápido.

Além de ter começado com atraso, a 31 de Janeiro de 2014, o concurso teve de ser reaberto porque a Comissão de Recrutamento e Selecção na Administração Pública (Cresap) não encontrou candidatos com mérito no primeiro processo de selecção. Inicialmen-



O primeiro-ministro, Passos Coelho, diz que Núncio não tomou nenhuma iniciativa, mas frisa que está a decorrer um inquérito para apurar responsabilidades.



O presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Paulo Ralha, afirma que Brigas Afonso não teve uma intervenção directa na matéria.

PONTOS
CHAVE

A maioria PSD/CDS-PP recusou ontem a audição da ministra das Finanças na comissão parlamentar de orçamento e finanças sobre a fiscalidade de

grandes empresas, no âmbito de escândalos como o 'Swissleaks', disse à Lusa fonte parlamentar. Na semana passada, o PCP requereu um conjunto de audições, dando

conta de elevados níveis de evasão fiscal por parte de titulares de grandes empresas e grupos económicos, incluindo portugueses".



Paulo Alexandre Coelho (arquivo)

Governo outra vez sob fogo e é ouvido no Parlamento

Oposição ficou com mais dúvidas e quer ouvir Núncio. PSD chama Brigas Afonso.

Inês David Bastos

ines.bastos@economico.pt

A demissão ontem do director geral da Autoridade Tributária veio "adensar ainda mais" as dúvidas da oposição sobre a existência de uma lista VIP de contribuintes. O PS apressou-se a chamar o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio ao Parlamento, amanhã, enquanto o PSD tentava concentrar o foco no director-geral demissionário, Brigas Afonso.

A maioria, bem como o Governo, vieram logo a seguir à demissão dizer que nunca deram qualquer instrução para a criação de uma lista especial, passando a mensagem que, a haver uma lista, seria do seu desconhecimento. Mas o caso está a incomodar os partidos da coligação e a deixar Paulo Núncio (CDS) sob fogo. Até o primeiro-ministro não deu o assunto por encerrado. Passos Coelho sublinhou que está a decorrer um inquérito para averiguar todas as responsabilidades. "Quando isso se apurar, então falamos", disse, embora não veja razões, à luz do que é conhecido, para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais se demitir.

"É um caso de extrema gravidade, caso se confirme que o secretário de Estado deu instruções para a criação de uma lista de contribuintes", reagiu o deputado comunista, Paulo Sá, para quem a demissão de Brigas Afonso e os dados já conhecidos "apontam para a existência efectiva" da referida lista.

A polémica com a lista VIP de contribuintes começa a ganhar outros contornos políticos e a atingir o chefe do Governo uma vez que a oposição exige saber porque Passos garantiu no último debate quinzenal que a mesma não existia (o que foi também dito por ministros). Duarte Pacheco já veio a terrei-

ro tentar defender o primeiro-ministro, alegando que Passos deu a informação que a tutela lhe tinha dado mas João Galamba, do PS, não ficou convencido e acusou o Executivo de usar o procedimento de sempre: culpar os serviços.

"A prioridade agora é apurar a responsabilidade pela criação da lista VIP", sublinhou o deputado do PS, rematando: "Pelos vistos a lista existe".

Para já, com audições já aprovadas no Parlamento amanhã estão o agora ex-director geral da Autoridade Tributária, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e hoje o presidente da Associação Sindical dos Inspectores Tributários (que disse existir a lista).

Com o Executivo debaixo de fogo - o PCP diz que a existência da lista contradiz a política de combate à evasão fiscal de Passos - PSD e CDS tentaram ontem minimizar o impacto, atirando responsabilidades para o director-geral. "A única coisa que está confirmada é que a informação dada pelo director-geral ao Governo não correspondeu 100% à verdade e o director-geral tem de esclarecer", disse Duarte Pacheco. Cecília Meireles, do CDS, completou: "O Governo nunca pediu ou deu instruções para que houvesse listas especiais". ■



novo director-geral dos Impostos

te foram recebidas 11 candidaturas, mas todas foram recusadas pelo organismo liderado por João Bilhim.

A 5 de Maio de 2014, o concurso foi reaberto e houve mais 22 interessados. Havia assim um total de 33 candidatos a comandar a máquina fiscal. Entre os nomes estavam o então responsável pela Justiça Tributária, José Maria Pires, e agora número dois de Brigas Afonso; o secretário de Conselho de Estado e consultor do Presidente da República, Abílio Morgado, e o ex-director-geral das Alfândegas, Brigas Afonso.

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, a quem



Foram necessários cerca de seis meses para encontrar um substituto para Azevedo Pereira à frente da máquina fiscal. Novo concurso pode levar algum tempo.

cabe a decisão final, acabaria por nomear Brigas Afonso como director-geral da AT. Este responsável foi nomeado em Julho do ano passado e sai menos de um ano depois de ter entrado em funções.

Não foi a primeira vez que um concurso teve de ser repetido. Também o lugar de inspector-geral das Finanças só recentemente foi ocupado por Vítor Braz. O concurso teve de ser repetido, já que a Cresap não encontrou candidatos com o perfil para as funções. Foram registados 16 interessados: sete na primeira fase e nove com a repetição do aviso de abertura do concurso. ■ **P.C.S.**



João Galamba, deputado do PS, pediu a audição do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais por ter dúvidas sobre o seu conhecimento da lista.



Duarte Pacheco, deputado do PSD, garante que todos cidadãos são iguais e pede audição do director-geral, garantido que Governo não pediu a lista.